

Número de servidores do Ibama no RS tem queda de 35% em 10 anos

Em 10 anos, RS perde 35% dos servidores do Ibama

BRUNO PANCOT

bruno.pancot@zerohora.com.br

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) perdeu 35,2% dos servidores públicos lotados no Rio Grande do Sul durante os últimos 10 anos.

Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2022, o número de servidores baixou de 125 para 81. É como se um a cada três funcionários públicos tivesse deixado a autarquia no período, a maioria por aposentadoria.

Observando os números, verifica-se que a queda foi praticamente constante na última década. O pior momento da série histórica ocorreu em 2021, quando o Ibama chegou a ter apenas 71 funcionários de carreira no RS. No ano seguinte, um concurso nacional e a nomeação de técnicos aprovados atenuaram a queda (veja o gráfico). Porém, a chefia do Ibama e os servidores reconhecerem que o contingente está aquém do necessário.

Tendência

A redução do quadro no Rio Grande do Sul acompanha a tendência nacional. Se no fim de 2012 existiam 3.960 funcionários atuando em todo o país, hoje o contingente chega a 2.904. São 1.056 servidores a menos, diminuição de 26,6% da força de trabalho. Os dados foram obtidos pela reportagem por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI).

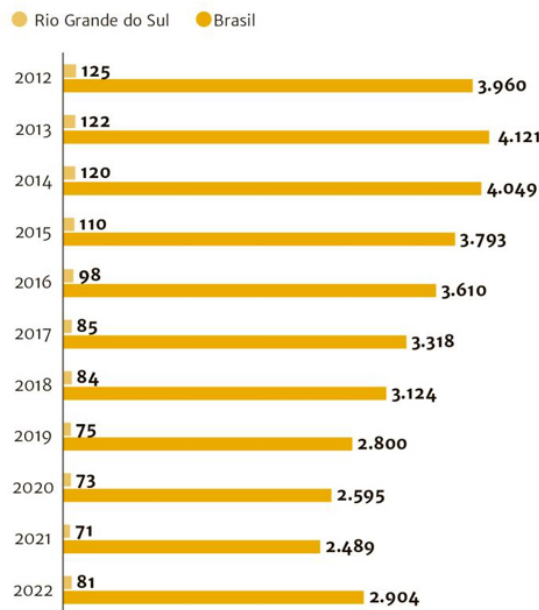
O que esses números querem dizer, na prática? Primeiro, que há menos servidores do Ibama atuando na linha de frente de fiscalização de áreas protegidas e sob jurisdição federal. Segundo, que há menos pessoas para analisar milhares de documentos referentes a licenciamento e multas. As consequências são a redução de poder de fiscalização, o atraso na concessão de licenças ambientais e o risco de prescrição das infrações.

Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Heverton Lacerda avalia que a redução do quadro de servidores do Ibama foi um dos eixos da política ambiental do governo Jair Bolsonaro:

– A intenção é desqualificar e desmantelar os órgãos ambientais

Defasagem em uma década

Número de funcionários públicos federais passou de 125 para 81 nos últimos 10 anos (em dezembro)



para facilitar a vida da produção. Isso ficou muito claro no governo Bolsonaro, esses quatro anos foram no sentido de sucatear os órgãos ambientais.

A Associação dos Servidores do Ibama no RS (Asibama-RS) considera que o quadro atual é insuficiente para dar conta das demandas. A entidade estima que, dos 81 funcionários lotados no Estado, apenas 15 atuam diretamente na fiscalização.

O analista ambiental Kuriakin Toscan conta que, há 10 anos, era comum montar equipes com até 20 agentes do Ibama para operações especiais de combate a crimes ambientais. Agora, o máximo que se consegue reunir são alguns poucos servidores.

– Como não se consegue ter um quantitativo de equipe, a gente pede apoio para os policiais, até para fazer segurança – explica Toscan.

Além do número baixo de funcionários, o medo e a insegurança são características do “trabalho de campo” nos últimos anos. Conforme a Asibama, tornaram-se

recorrentes os episódios em que os fiscais são ameaçados verbalmente por infratores ambientais, especialmente em casos de pesca ilegal na Lagoa dos Patos. Em uma ocasião, narra Toscan, os suspeitos chegaram a afrontar a polícia, obrigando as autoridades a fazer disparos com arma não letal (bala de borracha).

Segurança

Para garantir a segurança dos agentes de fiscalização, a solução encontrada pela Superintendência do Ibama no RS tem sido pedir o apoio de policiais do Comando Ambiental da Brigada Militar e de batalhão de choque. Também tornou-se padrão utilização de coletes à prova de balas e porte de arma pelos fiscais nas operações.

– Quando a gente está trabalhando, não sou eu, é o Estado brasileiro que está cumprindo uma função legal de garantir o cumprimento da Constituição. Houve uma reversão, a gente que é quase (tratado como se fosse) o bandido – diz o analista ambiental.

Multas em risco de prescrição

A simples aplicação de multa não encerra o processo para a cobrança de um crime ambiental. Do ponto de vista administrativo, a infração precisa ser analisada e julgada pelo Ibama em diferentes instâncias até que se chegue à cobrança efetiva do valor. Novamente, a falta de funcionários prejudica a análise dos autos e acentua o risco de prescrição das penalidades.

Em agosto do ano passado, reportagem de ZH mostrou que, desde 2019, havia 539 processos gerados por multas ambientais aplicadas no Rio Grande do Sul que aguardavam julgamento do Ibama. Do montante, 85% ainda estavam pendentes de análise, no estágio anterior ao julgamento. Se somados os valores de todos os processos que aguardavam julgamento, o total chegava a R\$ 70,6 milhões.

– Nós temos milhares de processos (no país) ainda represados – revela a secretária-geral substituta da associação, Jury Patrícia Mendes Seino.

As equipes reduzidas também causam maior tempo de espera para processar pedidos de licenciamento em áreas de competência da União.

Quadro

Chefe da Divisão Técnico-Ambiental do Ibama no RS, Jean Gelain afirma que o último governo “fez avanços fantásticos” na digitalização da administração pública federal, mas reconhece que há “precarização” do quadro de servidores. A autarquia não possui informação sobre quantos cargos estão em aberto no Estado.

– Tivemos muitas aposentadorias – diz Gelain, que é servidor do Ministério da Agricultura e foi cedido para a autarquia ainda na gestão passada.

Em 2022, o governo federal autorizou a nomeação de 568 vagas para aprovados em concurso do Ibama. Para o RS, foram nomeados 15 novos servidores, todos técnicos. A Asibama critica o fato de não ter havido nomeação de analistas de nível superior.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Fiscalização precária **Página:** 14